

A. I. N° - 206933.0163/08-4
AUTUADO - MC4 INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA.
AUTUANTE - PAULO SÉRGIO RODRIGUES
ORIGEM - INFAZ VAREJO
INTERNET 10.02.2012

5ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0027-05/12

EMENTA: ICMS. VENDAS ATRAVÉS DE CARTÃO DE CRÉDITO E/OU DÉBITO. REGISTRO EM VALOR INFERIOR AO FORNECIDO PELA ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO. PRESUNÇÃO LEGAL DE OPERAÇÕES NÃO REGISTRADAS. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. O art. 4º, § 4º, da Lei nº 7.014/96, autoriza a presunção de operação tributável sem pagamento do imposto quando os valores de vendas através do equipamento Emissor de Cupom Fiscal (ECF), sob a modalidade cartões de crédito ou débito, forem inferiores aos informados por instituições financeiras e administradoras de cartões de crédito, a menos que o contribuinte comprove a improcedência da presunção, o que ocorreu em parte. Exigência parcialmente subsistente. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O presente Auto de Infração, lavrado em 29/12/2009, exige ICMS no valor de R\$ 44.395,21, acrescido da multa de 70%, em razão da omissão de saída de mercadoria tributada apurada por meio de levantamento de venda com pagamento em cartão de crédito ou de débito em valor inferior ao fornecido por instituição financeira e administradora de cartão de crédito, relativa ao ano de 2008.

O autuado, à fl. 193 dos autos, através do seu sócio, solicita emissão de DAE para pagamento parcial do Auto de Infração, referente aos itens 1, 4, 5 e 6, correspondente aos meses de janeiro, maio, junho e julho de 2008. Em seguida, às fls. 200 a 202 dos autos, através de seu patrono, apresenta impugnação ao lançamento do crédito tributário onde aduz que o lançamento de ofício merece reparos, pois foram cometidos vários equívocos, especialmente no que concerne aos meses de abril, maio, agosto e dezembro, a saber:

Abril: o autuante não levou em consideração as vendas realizadas com notas fiscais série D1, emitidas no dia 27 e 28, totalizando R\$ 641,00, em função de problema no computador;

Maio: o valor da venda em cartões de crédito e/ou débito no dia 8 foi lançado errado, de acordo com a anexa cópia da “Redução Z”. A planilha sintética anexa ao AI registra R\$ 261,00, quando o valor correto é R\$ 1.079,00;

Agosto: o valor da venda em cartões de crédito e/ou débito no dia 11 foi lançado errado, conforme “Redução Z” anexa, sendo a venda real R\$ 5.291,00, contra R\$ 1.711,00, lançados no levantamento fiscal;

Dezembro: não foram apuradas as vendas do ECF 001 nos dias: 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24 e 28, de acordo com as cópias das “Reduções Z”, em anexo, as vendas destes dias totalizaram R\$ 277.718,00, não computados na apuração.

Assim, diante de tais considerações, requer revisão dos valores autuados e a improcedência do Auto de Infração, do que anexa documentos, às fls. 209 a 232, como prova de suas alegações.

O autuante, em sua informação fiscal às fls. 235 e 236 dos autos, ressalta que:

1. Conforme cópia de Reduções Z apresentadas às fls. 127 a 131 dos autos, o autuado incorre em erro de considerar os valores das vendas líquidas, no lugar das vendas por cartão, objeto deste lançamento;
2. As cópias das Reduções Z apresentadas não se prestam como prova documental do alegado por representarem completamente a Redução Z de cada dia;
3. O art. 123, §§ 5º e 6º, do RICMS (RPAF) proíbe a apresentação de provas em outro momento que não seja ao da impugnação do lançamento.

Assim, diante de tais considerações, opina pela Procedência do Auto de Infração.

Por decisão da 4ª Junta de Julgamento Fiscal, à fl. 243 dos autos, considerando que do cotejo da planilha às fls. 9 e 10 com as Reduções “Z”, às fls. 211 a 232, se verifica que o autuante consignou a menos os valores de vendas em cartão, o PAF foi convertido em diligência ao autuante para que:

1. Intimasse o autuado a apresentar as notas fiscais D-1 de nº 191 a 201, de 27 e 28 de abril de 2008, anexando-as aos autos, e, posteriormente, verificasse se as mesmas possuem vinculação, através de datas e valores nelas consignadas, com os valores informados pelas administradoras de cartões de crédito e/ou débito;
2. Apresentasse novas planilhas, considerando os valores corretos das Reduções “Z”.

Em atendimento à solicitação da diligência, à fl. 246 dos autos, o autuante apresenta nova planilha (fl. 247) reduzindo o valor exigido no Auto de Infração para R\$ 21.050,69.

Intimado para tomar conhecimento do resultado da diligência, o sujeito passivo, às fls. 255 e 256 dos autos, apresenta nova manifestação, na qual, além de reiterar todos os termos de sua defesa, observa que, apesar da exclusão de valores apontados nas Reduções Z, a conta apresentada não espelha a real movimentação comprovada.

Enfatiza que os documentos juntados ao PAF (Reduções Z), relativos aos dias 8 de maio; 11 de agosto; 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24 e 28 de dezembro, somam vendas totais de R\$ 250.988,00, importância que não foi considerada na ação fiscal. Considerando ainda o valor de R\$ 641,00, referente ao mês de abril (vendas com D1), a diferença apontada no Auto de Infração, de R\$ 261.255,02, cairia para R\$ 9.626,02, gerando o ICMS de R\$ 1.636,42.

Salienta que nem mesmo a 4ª JJF computou corretamente os valores, pois não observou, nas Reduções Z, os montantes correspondentes às vendas por “Cartão TEF”, que devem ser somadas. Os valores de R\$ 108,00 (08/05); R\$ 515,00 (11/08); R\$ 2.459,00 (13/12); R\$ 2.020,00 (14/12); R\$ 2.423,00 (15/12); R\$ 2.710,00 (17/12); R\$ 3.388,00 (18/12); R\$ 5.797,00 (19/12); R\$ 5.691,00 (20/12); R\$ 7.621,00 (21/12); R\$ 10.365,00 (22/12); R\$ 13.384,00 (23/12); R\$ 6.614,00 (24/12) e R\$ 2.727,00 (28/12), registrados nas Reduções Z a título de vendas por “Carão TEF”, cujos valores também compõem as saídas registradas e tributadas pela autuada, logo, suscetíveis de dedução da base de cálculo apontada no Auto de Infração.

Assim, protesta por todos os meios de provas e, com base nos elementos suscitados, requer nova revisão dos valores autuados, do que protesta pela procedência parcial do Auto de Infração, no valor de R\$ 1.636,42.

O autuante, em nova informação fiscal, à fl. 260 dos autos, aduz que o autuado não apresenta fatos novos ou documentos que sustentem sua pretensão. Quanto à posterior juntada de novos documentos, reitera que deveriam ter sido anexados quando da defesa, sob pena de caracterizar preclusão da apresentação. Reafirma sua opinião pela procedência parcial no valor de R\$ 21.050,69.

VOTO

Trata-se de Auto de Infração lavrado para exigir o ICMS, no valor de R\$ 44.395,21, decorrente da presunção legal de ocorrência de operações de mercadorias tributáveis sem pagamento do imposto, apurada por meio de levantamento de venda com pagamento em cartão de

crédito/débito em valor inferior ao fornecido por instituição financeira e administradora de cartão de crédito, conforme prevista no art. 4º, § 4º, da Lei nº. 7.014/96, alterada pela Lei nº. 8.542/02, ressalvado ao contribuinte a prova da improcedência da presunção.

Preliminarmente, nos termos do art. 147, I, do RPAF, aprovado pelo Decreto nº 7.629/99, diante das provas constantes dos autos, rejeito o último pedido de revisão fiscal do autuado.

De início, do cotejo entre os valores do ICMS em Real consignados no Auto de Infração com o ICMS Devido constante no Demonstrativo à fl. 11 dos autos, verifica-se que o valor de R\$ 18,15, referente ao mês de julho de 2008, apesar de gravado no referido demonstrativo, não compreende entre os valores do total do débito do Auto de Infração. Em decorrência, do total de R\$ 44.413,35, constante à fl. 11, só R\$ 44.395,21 faz parte do lançamento de ofício, consoante peça vestibular, à fl. 1 dos autos, importância esta que deve ser considerada para efeito do crédito tributário a ser analisado nesta instância administrativa.

Em seguida, considerando que o autuante não cumpriu a primeira determinação consignada na diligência fiscal, ou seja, *“Intimar o autuado a apresentar as notas fiscais D-1 de nº. 191 a 201, de 27 e 28 de abril de 2008, anexando-as aos autos, e, posteriormente, verificar se as mesmas possuem vinculação, através de datas e valores nelas consignadas, com os valores informados pelas administradoras de cartões de crédito e/ou débito;”*, tendo em vista que o defendente afirma que realizou vendas com as aludidas notas fiscais “D-1”, nos dias 27 e 28 de abril, no total de R\$ 641,00, em razão de problema no computador, cujo valor não foi considerado no levantamento fiscal, entendendo como verossímil a alegação da autuada, cujo valor implica na anulação da diferença da base de cálculo de omissão de saídas apurada de R\$ 369,34 (fl. 11 ou 247), por ser maior, sendo insubsistente o ICMS de R\$ 62,79, exigido no referido mês de abril.

No tocante à exigência relativa ao mês de maio, a qual o defendente alega que no levantamento fiscal (fl. 10) foi considerado equivocadamente o valor de vendas em cartões de R\$ 261,00, quando o correto seria R\$ 1.079,00, verifica-se através do cupom Redução Z de 08/05/2008, às fls. 211/212 dos autos, que tal valor refere-se à venda líquida. Contudo, no caso concreto, a modalidade de pagamento para cotejamento é a de cartão de crédito e/ou de débito. Sendo assim, só tem procedência a alegação do autuado quanto ao valor de R\$ 731,00, relativo à modalidade de pagamento “Cartão” e de R\$ 108,00, à “Cartão TEF”, no total de R\$ 839,00, o que resulta no mês de maio o montante de R\$ 54.688,99 de vendas registradas sob tais modalidades (R\$ 54.110,99 + R\$ 839,00 – R\$ 261,00; fl. 9), cujo valor comparado com a quantia de R\$ 54.610,14, informado pelas administradoras de cartão de crédito e/ou débito, demonstra inexistir omissão de saídas sob esta modalidade de pagamento no referido mês de maio.

Inerente à alegação de que no mês de agosto o valor da venda em cartões de crédito e/ou débito no dia 11 foi lançado errado, conforme “Redução Z”, às fls. 212/213 dos autos, anexa, sendo a venda real R\$ 5.291,00, contra R\$ 1.711,00, lançados no levantamento fiscal, igualmente ao item anterior verifica-se que tal valor (R\$ 5.291,00) refere-se à venda líquida, devendo para efeito de comparação ser considerado o valor de R\$ 2.868,00, relativo à modalidade de pagamento de “Cartão”, e de R\$ 515,00, à “Cartão TEF”, no total de R\$ 3.383,00, em relação à data de 11/08/2008, o que resulta no mês de agosto o valor de vendas registradas sob estas modalidades de R\$ 115.533,00 (R\$ 113.861,99 + R\$ 3.383,00 – R\$ 1.711,00; fl. 10), o qual confrontado com R\$ 114.644,09, informado pelas administradoras de cartão de crédito e/ou débito (fls. 11 ou 247), demonstra inexistir omissão de saídas sob esta modalidade de pagamento no referido mês de agosto.

Por fim, quanto à alegação de que no levantamento fiscal não foram apuradas as vendas do ECF 001 nos dias: 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24 e 28, de dezembro/2008, conforme cópias das “Reduções Z”, anexas às fls. 214 a 232 dos autos, cujas vendas destes dias totalizaram R\$ 277.718,00, realmente verifica-se, da análise dos aludidos cupons Redução Z, o seguinte:

Data	CUPOM REDUÇÃO Z		TOTAL CARTÃO REDUÇÃO Z	Vlr. Lev. Fiscal (fl. 10 do PAF)	Diferença a Acrescentar	PAF Fls.
	Vlr. Cartão	Vlr. Cartão TEF				
13/12/08	12.488,00	2.459,00	14.947,00	1.338,00	13.609,00	214/215
14/12/08	9.994,00	2.020,00	12.014,00	1.437,00	10.577,00	215/216

15/12/08	7.452,00	2.423,00	9.875,00	2.543,00	7.332,00	217/218
17/12/08	10.478,00	2.710,00	13.188,00	5.818,00	7.370,00	218/219
18/12/08	13.560,00	3.388,00	16.948,00	2.061,00	14.887,00	219/220
19/12/08	12.317,00	5.797,00	18.114,00	4.416,00	13.698,00	221/222
20/12/08	19.742,00	5.691,00	25.433,00	5.749,00	19.684,00	222/223
21/12/08	18.776,00	7.621,00	26.397,00	3.404,00	22.993,00	223/224
22/12/08	27.335,00	10.365,00	37.700,00	4.350,00	33.350,00	225/226
23/12/08	27.469,00	13.384,00	40.853,00	1.699,00	39.154,00	226/227
24/12/08	20.618,00	6.614,00	27.232,00	392,00	26.840,00	227/228
28/12/08	5.560,00	2.727,00	8.287,00	6.978,00	1.309,00	229/230
Totais: R\$	185.789,00	65.199,00	250.988,00	40.185,00	210.803,00	
Total Dez Lev. Fiscal					219.878,00	
Total vendas Cartão Dezembro					430.681,00	

Assim, do confronto de R\$ 430.681,00 de vendas registradas sob estas modalidades com o valor de R\$ 475.341,01, informado pelas administradoras de cartão de crédito e/ou débito (fls. 11 ou 247), demonstra existir omissão de saídas sob esta modalidade de pagamento, no valor de R\$ 44.660,01, que a alíquota de 17% resulta o ICMS devido de R\$ 7.592,20, no mês de dezembro de 2008.

Do exposto, voto **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração, no valor de R\$ 8.179,92, sendo: R\$ 54,29, relativo ao mês de janeiro; R\$ 398,43, inerente ao mês de março; R\$ 135,00, ao mês de junho, e R\$ 7.592,20, ao mês de dezembro, devendo homologar-se os valores recolhidos (fls. 239/241).

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 5ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, em decisão unânime, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **206933.0163/08-4**, lavrado contra **MC4 INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$8.179,92**, acrescido da multa de 70%, prevista, no art. 42, III, da Lei 7.014/96, e dos acréscimos legais, devendo ser homologados os valores recolhidos.

Sala das Sessões do CONSEF, 24 de janeiro de 2012.

FERNANDO ANTONIO BRITO DE ARAÚJO – PRESIDENTE/RELATOR

ALEXANDRINA NATALIA BISPO DOS SANTOS – JULGADORA

ILDEMAR JOSÉ LANDIN - JULGADOR